

VULNERABILIDADES SOCIOECONÔMICAS DA REGIÃO NORTE DO BRASIL AGRAVADAS PELA COVID-19

Introdução

A declaração de pandemia de Covid-19 no início de março pela Organização Mundial da Saúde (OMS) iniciou um ciclo de desafios para as economias nacionais, agravando as desigualdades regionais já existentes e escancarando a emergência acerca das vulnerabilidades socioeconômicas nacionais.

Desde 2013 uma extensa crise econômica se instaurou no país, afetando a indústria e inúmeras atividades econômicas da região Norte. Aos poucos o mercado tentou encontrar saídas para reaquecê-lo. Nos anos consecutivos mais de 50 municípios, por exemplo o Amazonas (maior estado do Norte) registrou uma queda em seu Produto Interno (PIB).

Antes da declaração da pandemia a região já se encontrava em grande vulnerabilidade econômica com grande número de pessoas desempregada. Em 2015 por exemplo, a taxa de desemprego teve média de 8,5%, ficando o ano com 8,6 milhões de desempregados. Segundo o IBGE em 2016 a taxa foi de 11,8% de desempregados. Em 2017 ficou em 12,7% e foi considerado um recorde segundo a PNAD. Nos anos consecutivos essa taxa teve um pequeno regresso. Quando a pandemia começou houve uma emergência global, que colocou em xeque a necessidade de melhorar as condições de moradia, saneamento básico, abastecimento de água potável, saúde, condições e garantias de emprego e demais direitos definidos constitucionalmente, levantando a necessidade da implementação de políticas públicas desenvolvimentistas regionalizadas, que possam atacar de frente as vulnerabilidades regionais de um país continental como o Brasil (IPEA, 2018).

Segundo o IPEA (2018), as regiões mais vulneráveis são aquelas onde a população é mais desassistida em termos de necessidade básicas indispensáveis à dignidade e subsistência humana. Para este estudo, focaremos nos indicadores de vulnerabilidade da Região Norte do Brasil. Para entender melhor sobre vulnerabilidade social o IVS possui três dimensões: IVS Infraestrutura Urbana; IVS Capital Humano; e IVS Renda e Trabalho. Essas dimensões correspondem a conjuntos de ativos, recursos ou estruturas, cujo acesso, ausência ou insuficiência indicam que o padrão de vida das famílias encontra-se baixo, sugerindo, no limite, o não acesso e a não observância dos direitos sociais. Cada dimensão é formada por um conjunto de indicadores que serão estudados nos tópicos vindouros.

Ademais, em meio às condições econômicas e à emergência sanitária, a pandemia trouxe à tona um número desconhecido de pessoas, famílias e trabalhadores que viram suas rendas caírem ou desaparecerem em meio a um mercado de trabalho fragilizado e sem garantias (IPEA, 2019). Segundo o IBGE (2020), assim como ocorreu nos demais países, o Governo Federal viu-se na obrigação de implementar o Auxílio Emergencial para dar condições de sobrevivência mínima à um espantoso grupo de pessoas fragilizadas e invisíveis aos olhos da sociedade. De acordo com a Dataprev (2020), empresa pública responsável por identificar quem tem direito a receber o auxílio emergencial de R\$ 600, dos 96,9 milhões de pedidos, 50,52 milhões atenderam aos critérios da lei e foram considerados elegíveis para receber o benefício (abril de 2020). Desse total, a população beneficiada com o auxílio emergencial na Região Norte foi de aproximadamente 5.748.395 pessoas, distribuídas da seguinte forma pelos estados: Amazonas, 1.268.420 (31%), Acre, 274.545 (31%); Pará, 2.836.789 (33%); Rondônia, 470.754 (26%); Roraima, 183.974 (30%); Tocantins, 449.549 (29%); Amapá, 264.364 (31%).

O número de beneficiados com o auxílio emergencial reforça os números da vulnerabilidade regional. De acordo com o IBGE (2019), na Região Norte, 11,8% da população encontra-se em situação de extrema pobreza, um total de 2.174.856 de pessoas. Já em relação à pobreza, em toda a região o total é de aproximadamente 8.030.806 (26,5% a 47,8%), sendo os maiores percentuais os dos Estados do Acre e do Amazonas com 47,8%, ficando Rondônia

com o menor percentual, 26,5%. Em relação aos indicadores de Índice de Vulnerabilidade Social – IVS e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM regionais, temos para o ano de 2017 (última atualização), um IVS de 0.283, com relativa melhora dos anos anteriores, mas com um peso muito expressivo se comparado às demais regiões do país. Em relação ao IDHM, para o ano de 2017, é de 0.719, dados do IPEA (2019) e da ONU (2019), respectivamente.

Referencial Teórico

A Fome e a Desnutrição no Mundo e na América Latina

O combate à fome e a desnutrição mundiais fazem parte da agenda de discussões da ONU desde o pós-guerra, através da criação da FAO e hoje compõem um dos 17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável, via Agenda 2030. As informações acerca da fome no mundo são disponibilizadas num documento conhecido mundialmente como Mapa da Fome.

Segundo a ONU, o Mapa da Fome constitui num estudo elaborado desde 1990 pela FAO, principal órgão internacional de incentivo às políticas de combate à fome e à promoção do alimento. O estudo é apresentado no documento “*O Estado da Segurança alimentar e Nutricional no Mundo*” (SOFI, por sua sigla em inglês), reúne e analisa dados sobre a situação da segurança alimentar da população mundial, fazendo diagnósticos por regiões e países.

De acordo com o SOFI (2019), os números da fome no mundo são: 821,6 milhões (1 em cada 9); Ásia: 513,9 milhões; África: 256,1 milhões; América Latina e Caribe: 42,5 milhões; número de pessoas com insegurança alimentar moderada ou grave: 2 bilhões (26,4%); bebês com baixo peso ao nascer: 20,5 milhões (1 em cada 7); crianças menores de 5 anos afetadas por atraso no crescimento (baixa estatura para a idade): 148,9 milhões (21,9%); crianças menores de 5 anos afetadas por baixo peso para a estatura: 49,5 milhões (7,3%); crianças menores de 5 anos com sobrepeso (peso elevado para a estatura): 40 milhões (5,9%); crianças e adolescentes em idade escolar com sobrepeso: 338 milhões; adultos obesos: 672 milhões (13%, ou 1 em cada 8). Ainda de acordo com o SOFI (2019), a fome está aumentando na América Latina e no Caribe: em 2018 afetou 42,5 milhões de pessoas, 6,5% da população regional.

Ainda segundo o SOFI, o aumento da fome está intimamente associado à desaceleração econômica geral da região. As quedas nos preços das commodities desde 2011 levaram a uma deterioração das finanças públicas para muitos países dependentes das exportações de commodities na América Latina e no Caribe. O relatório afirma ainda que, 4 milhões de crianças menores de 5 anos sofrem de sobrepeso (7,5% do total), 700 000 sofrem de desnutrição aguda (1,3%) e 4,8 milhões sofrem de atraso no crescimento ou de desnutrição crônica (9%), (SOFI, 2019).

Josué de Castro e a Geografia da Fome

De acordo com Vasconcelos (2008), Josué de Castro nasceu em 5 de setembro de 1908, em Recife - PE. Filho de um agricultor do Sertão Nordeste que em 1877, em função da seca, migrou para a capital, viveu sua infância e adolescência em um bairro pobre, às margens do rio Capibaribe. Em 1929, após concluir o Curso de Medicina da Universidade do Brasil, retornou ao Recife para dar início a uma consagrada trajetória político-intelectual, dedicada, particularmente, à complexa e paradoxal problemática da fome e suas formas de enfrentamento.

Ainda para o autor (2008), como médico, professor e sociólogo brasileiro e partindo de sua experiência pessoal (oriundo do Nordeste brasileiro), publicou uma extensa obra composta por mais de 200 títulos, que discute distintas investigações, com destaque para: Geografia da fome (1946), geopolítica da fome, Sete palmas de terra e um caixão e Homens e caranguejos. A trajetória intelectual de Josué de Castro se confunde com a agenda política do Brasil, por fundamentarem discussões que se fundem com os marcos da Política de Segurança Alimentar no Brasil.

Para Vasconcelos (2008, p.1), o brasileiro Josué de Castro se destacou no cenário internacional, exerceu a Presidência do Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas

para Agricultura e Alimentação (FAO), foi também Embaixador brasileiro junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e foi indicado ao Nobel da Paz nos anos de 1953, 1963, 1964 e 1965.

Josué de Castro é uma das bases dessa pesquisa, por seus estudos terem sido pioneiros e eficientes na análise da fome no Brasil e no mundo e mesmo após 73 anos do lançamento da obra *Geografia da Fome* (1946), ao se analisar temas como: fome, pobreza e extrema pobreza é de extrema relevância que se retorne aos estudos da obra *Castriana*. De acordo Nascimento (2009, p.1) “Reviver Josué de Castro significa a retomada da luta contra a fome”.

Através da escolha da fome como o tema central de suas obras, Castro dimensiona sua análise em outros diversos temas, como: reforma agrária, a questão ecológica e as desigualdades sociais. A importância dada para o fenômeno da fome não é somente pelo contexto no qual Castro estava inserido e sim por uma questão intencional e política, já que o autor visava afetar tanto o meio acadêmico quanto o político nacional e internacional.

Na visão de Alves (2007, p.4) Josué de Castro enriqueceu a análise sobre a fome ao considerar não apenas o aspecto biológico, mas também os aspectos econômicos, políticos, geográficos e sociais. Castro em seus trabalhos não se limitava apenas a dar o diagnóstico da fome no mundo, mas também como se poderia lutar pela erradicação da fome.

Dando um foco à obra *Geografia da Fome* (1946), é possível perceber uma certa atualidade logo no prefácio do livro, onde Castro (1946, p.15) afirmou que o assunto da obra era delicado e perigoso e que se constituía um tabu para a sociedade, o autor considerava chocante o fato em que no mundo como o dele, onde existia uma expressiva possibilidade de escrever e publicar, havia tão pouco escrito acerca do fenômeno da fome, em suas diversas manifestações. Se Castro já considerava que naquela época a possibilidade de escrever e publicar era grande, o que acharia da facilidade atual. A crítica de Josué se mostra atual, quando percebemos que após anos, o assunto fome ainda constitui um tabu e colocando em contraste com outros temas de menor relevância, é perceptível certa exiguidade.

Josué de Castro enriquece a análise da fome ao considerar o problema de uma forma mais ampla, como um conjunto complexo de questões biológicas, econômicas e sociais. Para Castro (1946, p.19) “Um dos grandes obstáculos ao planejamento de soluções adequadas ao problema da alimentação dos povos reside exatamente no pouco conhecimento que se tem do problema em conjunto”.

O objetivo da obra *Geografia da Fome* (1946) foi analisar a fome coletiva no Brasil, seja na forma endêmica ou epidêmica, analisou tanto a fome total, a verdadeira inanição, quanto à fome parcial, que se caracteriza pela falta permanente de elementos nutritivos.

Em relação à obra, no prefácio de “*Geografia da Fome*”, afirma que a questão da fome é um tema perigoso e delicado e que o pouco material produzido sobre o tema não é mero desinteresse da ciência, é na verdade um tabu específico, o da fome. Segundo Castro (1946), este tabu é cogitado pela própria alma da cultura ocidental/racionalista, em que os interesses e os preconceitos de ordem moral, política e econômica fizeram da fome um tema pouco recomendável em ser discutido publicamente “[...] a fome traduz sempre um sentimento de culpa, uma prova que as organizações sociais vigentes se encontram incapazes de satisfazer a mais fundamental das necessidades humanas à necessidade de alimentos” (CASTRO, 1946).

Na introdução desta obra, o autor discorre sobre a alimentação do brasileiro que se apresentava com qualidades nutritivas bem precárias, onde as diferentes regiões do país apresentavam padrões dietéticos incompletos e desarmônicos, em determinadas regiões vivia-se numa condição de fome crônica, em outras, essa condição era menos acentuada e tinha-se a subnutrição. Ao analisar as causas dessa alimentação tão defeituosa e a ação desta na evolução econômica-social do povo, Josué chegou à conclusão de que são mais produtos de fatores socioculturais do que de fatores de natureza geográfica. (Castro, 1946, p. 46).

De acordo com a análise feita por Josué de Castro, das 5 regiões que formam a estrutura das áreas geográficas de alimentação, somente a área Amazônica, da Mata e do Sertão

Nordestino são claramente áreas de fome. Nessas áreas, a população em sua grande maioria exibe de forma cíclica ou permanente marcas da fome coletiva. Já as duas outras regiões, o Centro Oeste e o Extremo Sul, apesar de demonstrarem desequilíbrios e carências alimentares, de formas não tão acentuadas quanto nas demais regiões, o autor considera essas áreas como sendo de subnutrição e não necessariamente de fome (Castro, 1946. p.47).

Josué de Castro finaliza a obra *Geografia da Fome* (1946) evidenciando que a fome no Brasil, que perdura apesar dos progressos, é consequência de diversos fatores: o passado histórico; a urbanização, que não encontrando uma civilização rural com uma boa estrutura e uma exploração racional do solo, acentuou a deficiência alimentar; a estrutura agrária arcaica, com tendências à monocultura latifundiária; a não utilização da riqueza potencial dos solos e o surto da expansão industrial no país, sem o paralelo do aumento da produção agrícola.

Aspectos Gerais da Região Norte do Brasil

De acordo com o IBGE (2018), a Região Norte do Brasil é formada por sete unidades de federação: Amazonas, Pará, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins. Constitui a maior região brasileira em termos territoriais, constituindo uma área de 3.869.638 km², com cerca de 18 milhões de habitantes.

Apesar da extensão territorial, a Região Norte do Brasil também possui uma das menores populações absolutas e, conseqüentemente, as menores densidades demográficas. Observa-se, em muitos casos, a evidência de alguns “vazios demográficos”, em que a quantidade de habitantes por área é muito reduzida ou praticamente nula.

Vulnerabilidade: Conceitos e Definição

Para Monteiro (2011), o tema da vulnerabilidade social não é novo, uma vez que essa terminologia vem sendo usualmente aplicada por cientistas sociais de diferentes disciplinas há bastante tempo. O tema caracteriza-se por um complexo campo conceitual, constituído por diferentes concepções e dimensões que podem voltar-se para o enfoque econômico, ambiental, de saúde, de direitos, entre tantos outros. Ainda que essa temática venha sendo trabalhada ao longo de anos, cabe salientar que ela consiste em um conceito em construção, tendo em vista sua magnitude e complexidade.

A emergência da temática da vulnerabilidade social se dá nos anos 90, a partir do esgotamento da matriz analítica da pobreza, que se reduzia a questões econômicas. Essa tendência vem sendo difundida, sobretudo por organismos internacionais, entre estes destacam-se Organização das Nações Unidas-ONU, Banco Mundial e CEPAL, para a consolidação de políticas sociais, afirma Monteiro (2011).

Ainda segundo o autor (2011), os primeiros trabalhos ancorados na perspectiva da vulnerabilidade social foram desenvolvidos, motivados pela preocupação de abordar de forma mais integral e completa não somente o fenômeno da pobreza, mas também as diversas modalidades de desvantagens social. Assim, essa categoria de vulnerabilidade diz respeito à própria estrutura da sociedade, de direitos e acessos desiguais.

Para Chambers (1989) apud Recio (2010), os principais elementos caracterizadores da vulnerabilidade social são: a exposição de um indivíduo ou grupo a determinados riscos, a capacidade desse em enfrentá-los, assim como a potencialidade desses riscos em trazer sérias conseqüências aos afetados.

A IFRC explica que a vulnerabilidade pode ser definida como a capacidade diminuída de um indivíduo ou grupo de antecipar, lidar, resistir e se recuperar do impacto de um risco natural ou causado pelo homem. Além disso, para eles os fatores físicos, econômicos, sociais e políticos determinam o nível de vulnerabilidade das pessoas.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), define vulnerabilidade social como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado

e da sociedade. Acrescenta ainda que vulnerabilidade inclui situações de pobreza, mas não se limita a ela. (p.5).

A vulnerabilidade, entendida como a propensão a ser adversamente afetado, tem ganhado importância no contexto das mudanças socioeconômicas, que permite compreender o que torna populações e territórios mais susceptíveis aos impactos sociais. Condições de vulnerabilidade podem variar a depender das características de cada local estudado – sociais, ambientais, de infraestrutura, políticas públicas, dentre outras.

De acordo com Schumann (2014, p.18) tratar de vulnerabilidade significa analisar condições de quando um indivíduo não possui possibilidade de obter condições dignas de acesso a um bom sistema de saúde, a condições boas de moradia, ao acesso a um sistema educacional de qualidade. Além disso, é possível analisar a vulnerabilidade em relação à fome, a pobreza e a extrema pobreza. Tais condições acometem parte significativa da população brasileira em todas as regiões do país, inclusive nas regiões mais ricas economicamente, região Sul e Sudeste do Brasil, nosso objeto de estudo.

O conceito de vulnerabilidade expressa a multidisciplinaridade de um termo que é empregado em diversas áreas, como na economia, geografia e saúde. A diversificação das abordagens disciplinares e a polissemia da definição conceitual permitem uma ampla utilização do termo vulnerabilidade. (Schumann, 2014, p.1).

Schumann (2014, p.4) explica que as diversas aplicações da vulnerabilidade se devem a algumas situações: ao direcionamento para situações específicas, como secas, fomes e inundações; diferentes orientações epistemológicas e a escolha de diferentes localidades geográficas para a análise do processo de vulnerabilidade. É possível perceber no decorrer dos anos que as discussões referentes a vulnerabilidade têm se tornado mais amplas, agregando um maior número de fatores e dimensões.

Em uma análise histórica, uma das primeiras referências de destaque à vulnerabilidade ocorreu na década de 1970, a partir do desenvolvimento da teoria da interdependência, apresentada com maior relevância, no trabalho de Keohane e Nye em 1977. Nos anos 80, outra abordagem para a vulnerabilidade, feita por Gabor e Griffith, associando o termo vulnerabilidade a exposição às ameaças causadas por agentes químicos. Ainda na década de 80, o foco da análise da vulnerabilidade deixa de ser os perigos naturais e passa a ser uma análise dos perigos sociais e tecnológicos. Seguindo com o passar dos anos, os estudos da vulnerabilidade foram tomando um caráter mais relacionado às questões sociais Schumann (2014, p.31).

Nesse sentido, de acordo com Schumann (2014, p.15) é possível categorizar os estudos sobre a vulnerabilidade em três áreas distintas: vulnerabilidade como exposição ao risco; vulnerabilidade como uma resistência aos riscos; vulnerabilidade como a interação entre exposições potenciais e a resiliência social.

Para expor de uma forma mais ampla o conceito de vulnerabilidade, segue as considerações de alguns autores e entidades a respeito desse tema.

De acordo com Petrini (2003, p.9) conforme a família encontra dificuldades para manter de forma satisfatória suas tarefas básicas de socialização primária e de amparo aos seus membros, formam-se situações de vulnerabilidade que, dependendo da relação com outros fatores de risco, poderão acarretar emergências com a inserção na marginalização social.

A conceituação de Nobre (2008) afirma que: vulnerabilidade: é o grau de susceptibilidade ou incapacidade de um sistema para lidar com os efeitos adversos da mudança do clima, inclusive a variabilidade climática e os eventos extremos de tempo e clima. A vulnerabilidade é uma função do caráter, magnitude e ritmo da mudança climática e da variação a que um sistema está exposto, sua sensibilidade e sua capacidade de adaptação (p.9).

Segundo Marandola e Hogan e (2009, p.166) a vulnerabilidade envolve características intrínsecas seja do lugar, da comunidade, dos grupos demográficos e dos recursos disponíveis que podem ser utilizados nas situações de necessidade.

Em linhas gerais, existe um relativo consenso de que a vulnerabilidade é o resultado da convergência da exposição aos riscos, da incapacidade de resposta e da falta de habilidades para adaptação. Nesse sentido, a vulnerabilidade é tanto uma condição dos indivíduos em face de eventos adversos de várias naturezas (econômicas, sociais, legais) como um enfoque para a análise de diferentes formas de riscos ou tipos de assistências Vignolli (2001, p.1).

No que diz respeito às instituições, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que através do Atlas de Vulnerabilidade Social (2015, p.12) conceitua que a “A definição de vulnerabilidade social em que este IVS se ancora diz respeito, precisamente, ao acesso, à ausência ou à insuficiência de tais ativos, constituindo-se, assim, num instrumento de identificação das falhas de oferta de bens e serviços públicos no território nacional”.

Outras duas definições nos permitem aprimorar tal entendimento, de acordo com Busso (2001) apud Recio (2010) a vulnerabilidade social estaria relacionada à debilidade ou a força dos ativos que indivíduos, famílias, ou domicílios dispõem para enfrentar os riscos existentes no entorno que implicam perda de bem-estar.

Na mesma linha de pensamento Katzman (2000) apud Recio (2010), considera a vulnerabilidade como a incapacidade de uma pessoa ou domicílio em se aproveitar da estrutura de oportunidades disponíveis na sociedade, a fim de melhorar seu bem-estar ou impedir que ele se deteriore.

Katzman (1999) também enfatiza que as populações vulneráveis têm dificuldades para acumular capital social, seja: individual, coletivo ou cívico, esta dificuldade é expressa em níveis de qualidade de vida inferiores. Para ele, essa parcela da população é isolada, pois sua relação com a sociedade foi interrompida, quer seja pelo mercado de trabalho, pela sua localização no espaço geográfico ou ainda por uma baixa escolarização.

É nesta perspectiva que afloram as vantagens da utilização do conceito de vulnerabilidade social. Seu potencial analítico para abordar a problemática social no espaço intraurbano, frente a outros conceitos frequentemente utilizados, como, por exemplo, pobreza, é evidente, na medida em que o mesmo permite considerar outras dimensões fundamentais para captar distinções entre famílias ou pessoas com os mesmos níveis salariais ou de consumo (KATZMAN, 2000).

A condição de vulnerabilidade à qual nos referimos no presente trabalho se constitui na fragilidade dos vínculos sociais, a defasagem e má qualidade dos serviços públicos ofertados no contexto metropolitano. Tal condição materializa-se através da segregação socioeconômica e territorial e resulta em um impedindo a consolidação de uma cidadania plena.

Para tanto, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, desenvolveu uma metodologia para mensurar a vulnerabilidade social do Brasil, através da metodologia foi possível definir um Índice de Vulnerabilidade e um Atlas onde a vulnerabilidade social pode ser acompanhada, é o que apresentaremos no tópico a seguir:

Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM)

Segundo o IPEA, o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) foi construído com base em indicadores que revelam fragilidades sociais a partir de fatores como contextos de trabalho e renda, educação e saúde, condições de transporte, habitação e saneamento dos municípios e das regiões metropolitanas brasileiras em 2000 e 2017.

O IPEA apresenta o processo de criação do IVS e sua fundamentação teórica, seus aspectos institucionais e na metodologia estatística utilizada na sua construção, posteriormente, tem-se a análise da vulnerabilidade social nos municípios e regiões metropolitanas (RMs) brasileiras, a partir dos resultados do IVS e de seus indicadores correspondentes, calculados

com base nos dados dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000 e 2010.

De acordo com o IPEA (2015), o IVS é um índice sintético que agrega um conjunto de variáveis quantitativas retiradas dos questionários da amostra dos censos demográficos decenais do IBGE, as quais postula-se aqui serem determinantes de situações de vulnerabilidade social.

O IVS é, portanto, resultado da seleção de 16 indicadores selecionados da Plataforma do ADH e foram organizados em três dimensões da vulnerabilidade social, a saber: I – a Infraestrutura Urbana do território em tela (seja ele um município, uma região, um estado ou uma Unidade de Desenvolvimento Humano); II – o Capital Humano dos domicílios deste território; e III - a Renda, o acesso ao trabalho e a forma de inserção (formal ou não) dos residentes nestes domicílios. Cada uma dessas dimensões reúne, por sua vez, um conjunto de variáveis obtidas nas bases dos Censos Demográficos do IBGE, que refletem diferentes aspectos das condições de vida.

No Quadro a seguir, podemos observar o Índice de Vulnerabilidade Social da Região Norte do Brasil, objeto deste estudo.

Quadro 1: Índice de Vulnerabilidade Social da Região Norte do Brasil (2000 a 2017)

Período	IVS	Classificação	Infraestrutura Urbana	Capital Humano	Renda e Trabalho
2000	0.570	Muito Alta	0.594	0.668	0.449
2010	0.438	Alta	0.419	0.469	0.424
2011	0.346	Média	0.302	0.379	0.358
2012	0.317	Média	0.255	0.374	0.322
2013	0.325	Média	0.294	0.363	0.318
2014	0.296	Baixa	0.243	0.339	0.306
2015	0.298	Baixa	0.223	0.348	0.323
2016	0.284	Baixa	0.208	0.286	0.358
2017	0.283	Baixa	0.207	0.283	0.358

Fonte: IPEA (2019)

Como podemos analisar o Índice de Vulnerabilidade Social da Região Norte do Brasil (2000 a 2017), infraestrutura urbana, capital humano, renda e trabalho houve uma diminuição acentuada ao longo dos anos, com uma classificação de escala definida no último ano analisado em BAIXA. Mostrando nesse projeto de pesquisa uma melhora modesta no desenvolvimento regional dessa região.

Levando-se em consideração a apresentação da escala de vulnerabilidade apresentada na Figura 1, e observando os dados apresentados no Quadro 1, observamos que: entre os anos de 2000 até 2010 a vulnerabilidade social da Região Norte do Brasil estava na escala de MUITO ALTA e ALTA, de 2011 até 2013 a vulnerabilidade iniciou um processo de queda, e na escala encontrava-se em MÉDIA vulnerabilidade. Percebemos ainda que, de 2014 até o último ano de levantamento que foi 2017, a vulnerabilidade vem diminuindo e hoje encontra-se na escala de BAIXA vulnerabilidade.

Como vimos, tivemos ao longo dos anos analisados uma melhora significativa da vulnerabilidade regional, mas ainda está longe do que se considera ideal, uma vez que ainda temos muitas melhorias a serem observadas se analisarmos as especificidades das dimensões: infraestrutura urbana, capital humano renda e trabalho não só nas capitais e periferias das capitais da região, mas também nas cidades metropolitanas e demais cidades do interior da Amazônia.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um dado utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para analisar a qualidade de vida de uma determinada população. Os critérios utilizados para calcular o IDH são: grau de escolaridade: média de anos de estudo da população adulta e expectativa de vida escolar, ou tempo que uma criança ficará

matriculada; Renda: Renda Nacional Bruta (RNB) per capita, baseada na paridade de poder de compra dos habitantes; Nível de Saúde: Baseia-se na expectativa de vida da população, reflete as condições de saúde e dos serviços de saneamento ambiental.

Podemos ressaltar que, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) varia de 0 a 1, quanto mais se aproxima de 1, maior o IDH de um local.

No Quadro 2, podemos observar o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Região Norte do Brasil, objeto deste estudo.

Quadro 2- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Região Norte do Brasil (2000 a 2017)

Período	IDHM	Classificação	Longevidade	Educação	Renda
2000	0.559	Baixo	0.762	0.375	0.610
2010	0.671	Médio	0.805	0.560	0.669
2011	0.690	Médio	0.810	0.615	0.659
2012	0.695	Médio	0.816	0.617	0.666
2013	0.707	Alto	0.822	0.641	0.671
2014	0.715	Alto	0.825	0.654	0.678
2015	0.713	Alto	0.826	0.661	0.665
2016	0.713	Alto	0.799	0.678	0.670
2017	0.719	Alto	0.799	0.691	0.673

Fonte: IPEA (2019)

Ao analisar o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Região Norte do Brasil (2000 a 2017), a longevidade, a educação e a renda ao longo da pesquisa dos anos mencionados houve um desenvolvimento positivo, externando no ano de 2017 com a classificação ALTA.

Como podemos observar no Quadro 2, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Região Norte do Brasil, segundo dados do IPEA vem apresentando melhora ao longo dos anos analisados, mas está longe do ideal. Uma vez que ainda temos muitas melhorias a serem observadas se analisarmos as dimensões: infraestrutura urbana, capital humano renda e trabalho. Vale ressaltar que quanto mais próximo de 1, melhores são as condições de saúde, educação e renda.

Taxa de Desocupação e Prosperidade Social

De acordo com o site do IBGE a definição para taxa de desemprego (desocupação), se refere às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. Assim, para alguém ser considerado desempregado, não basta não possuir um emprego.

Segundo Araújo e Antigo (2016), o desemprego é um fenômeno muito estudado devido à sua importância para a economia de um país, pois tanto a diminuição de novos empregos gerados como a demissão de indivíduos empregados, comumente, desencadeiam outros problemas para a sociedade.

Ainda sobre Araújo e Antigo (2016), em relação à economia, um maior índice de desocupação leva, por exemplo, a maiores gastos por parte do governo com seguro-desemprego, sem contar com o custo de oportunidade da renda que aqueles desempregados estariam gerando para a economia do país se eles tivessem um salário e estivessem consumindo bens e serviços.

De acordo com a abordagem de Sampaio (2012), a incidência desigual do desemprego entre regiões geográficas, como também entre diferentes grupos demográficos e socioeconômicos, pode levar a um desequilíbrio no mercado de trabalho, isto é, um aumento da demanda por trabalhadores qualificados por parte das empresas não cresce na mesma proporção que a disponibilidade de trabalhadores com tais qualificações, fato que se mostra mais intenso em regiões menos urbanizadas.

Com as informações abordadas por Camargo e Reis (2005), o desemprego é mais elevado para os trabalhadores semiqualeificados, com algum grau de educação formal do que para os não-qualificados, que possuem muito pouca ou nenhuma educação formal (entre zero e 3 anos de estudo). Por outro lado, as taxas de desemprego tendem a ser relativamente baixas para os trabalhadores qualificados, com níveis elevados de escolaridade (acima de 10 anos de estudo).

Camargo e Reis (2005), as consequências desse problema de informação tendem a ser mais graves para os trabalhadores semiqualeificados por dois motivos. Em primeiro lugar, os empregadores têm mais dificuldades para inferir sobre as características produtivas com base nas informações sobre a escolaridade, como será explicado mais detalhadamente na seção seguinte. Segundo lugar, a maior proporção de jovens acentua ainda mais o problema, na medida que informações sobre as características produtivas do trabalhador costumam ser reveladas com a experiência no mercado de trabalho.

Para Godinho (2011), independente do padrão utilizado para analisar a pobreza, segundo os pesquisadores do IPEA e PNAD, no nosso caso, a pobreza no Brasil necessariamente está vinculada às desigualdades sociais, às diferenças gritantes de distribuição de renda. O que quer dizer que o Brasil poderia ter um enorme crescimento econômico, no entanto, se não enfrentar suas desigualdades, se não tiver equidade na distribuição de seus recursos ele continuará sendo muito pobre.

Fazendo ainda um paralelo com Godinho (2011), no Brasil onde as desigualdades econômicas e sociais são estruturais, é necessário e esperado que os sistemas de proteção social se organizem e se estruturam com propostas de enfrentamento a pobreza. No entanto, mudar as condições de pobreza e vulnerabilidades historicamente instituídas por que passa a sociedade brasileira não é algo simples, pequeno e imediato, isso é um processo complexo e que agrega, ao mesmo tempo, aspectos econômicos, sociais e políticos, solicitando o planejamento e a integração de políticas estruturantes que a médio e longo prazo possam enfrentar esse quadro.

Godinho (2011), a luta e o movimento pela concepção e construção de um modelo de proteção social que amplia a sua cobertura e qualidade para atender as demandas brasileiras começam a criar corpo na década de 80 a fim de vencer experiências que sempre tiveram, equivocadamente, aliadas somente a ideia de crescimento econômico. Programas e ações são difundidos, uns assegurados como direitos outros, como enfrentamento aos diferentes níveis de privação, risco e vulnerabilidades, prestadas por diversas instituições públicas e privadas. Essas ações se configuraram de forma fragmentada e sem direção única, com cunho clientelista e personalizado.

Rocha (2003), a pobreza no país tem forte componente regional, concentrando-se sobretudo no Norte e Nordeste e diminuindo em direção aos estados do Sul. A pobreza é mais evidente nas áreas rurais (40% dos pobres ali se concentram), mas ela assume um caráter metropolitano quando se trata de regiões mais urbanizadas, como são os casos de Rio de Janeiro e São Paulo.

Ainda com as informações de Rocha (2003), em determinadas áreas rurais, como o Nordeste, as atividades de subsistência são um importante determinante da pobreza. Nas áreas urbanas, os bolsões de pobreza explicam-se pelo emprego dos pobres em atividades de produtividade muito baixa.

Dependência de Programas de Transferência de Renda

Programas de transferência de renda segundo Silva, Yazbek, Di Giovanni (2004), são aqueles destinados a realizar uma transferência monetária, sem necessariamente uma contribuição prévia, destinados às famílias pobres, consideradas a partir de uma determinada renda per capita dos membros que constituem a família.

Ainda sobre Silva, Yazbek, Di Giovanni (2004), o programa é considerado uma inovação, tratando-se de programas de transferência de renda, pois se propõe a proteger todo o

grupo familiar, com o aumento do valor do benefício e aumento dos recursos destinados a programas com esta natureza.

Para Rusche, Jurumenha, Dutra (2015), o Programa Bolsa Família foi criado em 2004 e prioriza o combate à fome e à pobreza, e divide a responsabilidade entre a União, Estados e Municípios quanto à execução e gestão do programa. O programa simplifica o acesso aos benefícios, e unificou programas de transferência de renda até então existentes em nível federal.

Rusche, Jurumenha, Dutra (2015) o Programa Bolsa Família tem como foco central a família, entendida como unidade nuclear ampliada por pessoas que possuem laços de parentesco, e podem ser formadas por um grupo doméstico e que viva sob o mesmo teto e que precisam manter-se pelo recurso dos seus membros. Outros programas existentes até o momento, não consideravam a família nuclear ampliada, com todos os seus membros, independente de laços de parental idade ou não. E isto é uma das inovações do programa.

Conforme Rusche, Jurumenha, Dutra (2015), É um programa de transferência de renda com condicionalidades, e às famílias beneficiárias são as que vivem em situação de pobreza, com renda per capita mensal de R\$ 60,01 a R\$ 120,00 e em extrema pobreza, com renda per capita mensal de até R\$ 60,00. Para participar devem estar devidamente cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) do Ministério do Desenvolvimento Social.

Síntese de Indicadores Sociais (SIS)

De acordo com o IBGE (2019), o Síntese de Indicadores Sociais (SIS) analisa a qualidade de vida e os níveis de bem-estar das pessoas, famílias e grupos populacionais, a efetivação de direitos humanos e sociais, bem como o acesso a diferentes serviços, bens e oportunidades, por meio de indicadores que visam contemplar a heterogeneidade da sociedade brasileira sob a perspectiva das desigualdades sociais.

Diferente de indicadores econômicos, propõe uma nova forma de avaliação das condições de vida da população. Visto que além de considerar a renda, inclui-se outros fatores que possuem relevância para uma análise mais detalhada da questão.

Segundo o IBGE (2019), a Síntese de Indicadores Sociais ao longo de sua existência, procurou abranger as informações essenciais para o mapeamento das desigualdades bem como os efeitos sobre a realidade social brasileira. Não procuram só assuntos atuais e relevantes para políticas públicas, mas se aprofundam nas análises a partir dos tópicos abordados no Quadro 3. A metodologia utilizada, em sua grande parte, é de dados recolhidos pela PNAD. A técnica de coleta é a CAPI – Entrevista Pessoal Assistida por Computadores – e a pesquisa é realizada através de uma amostra de domicílio.

Como o foco deste trabalho é a pobreza e extrema pobreza na Região Norte do Brasil, cabe a seguinte análise:

Figura 1 – Pessoas em Situação de Pobreza do Brasil

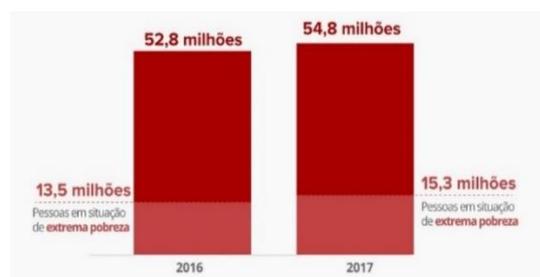
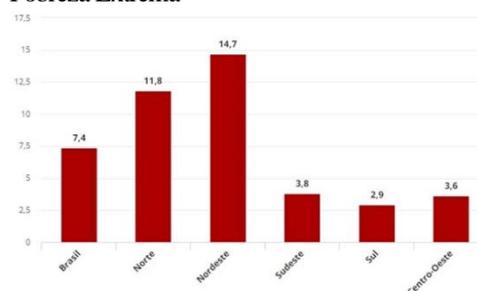


Figura 2 – Distribuição % da População em Situação de Pobreza Extrema



Fonte: IBGE (2019) com base no SIS

Como podemos observar na Figura 1 no intervalo de 1 ano tivemos o acréscimo de 2 milhões de pessoas na linha da pobreza no país, sendo que em 2016 havia no país 52,8 milhões de pessoas em situação de pobreza. Este contingente aumentou para 54,8 milhões em 2017, um crescimento de quase 4%, e representa 26,5% da população total, estimada em 207 milhões naquele ano.

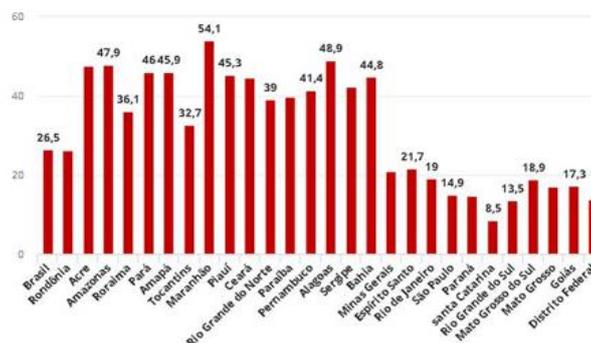
Segundo Barros et. al (2000), a pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal. Contudo, podemos afirmar que se refere a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico. Assim, a abordagem conceitual da pobreza absoluta requer que possamos, inicialmente, construir uma medida invariante no tempo das condições de vida dos indivíduos em uma sociedade. A noção de linha de pobreza equivale a esta medida. Em última instância, uma linha de pobreza pretende ser o parâmetro que permite a uma sociedade específica considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor.

Já a população na condição de pobreza extrema aumentou em 13%, saltando de 13,5 milhões para 15,3 milhões no mesmo período. Do total de brasileiros, 7,4% estavam abaixo da linha de extrema pobreza em 2017. Em 2016, quando a população era estimada em cerca de 205,3 milhões, esse percentual era de 6,6%.

Segundo o IBGE, é considerada em situação de extrema pobreza quem dispõe de menos de US\$ 1,90 por dia, o que equivale a aproximadamente R\$ 140 por mês. Já a linha de pobreza é de rendimento inferior a US\$ 5,5 por dia, o que corresponde a cerca de R\$ 406 por mês. Essas linhas foram definidas pelo Banco Mundial para acompanhar a pobreza global.

Na Figura 2, segundo dados do IBGE de 2019, podemos observar a distribuição % da Pobreza Extrema no Brasil e em relação às regiões brasileiras. Nela, observamos a Região Norte com um % de pobreza de 11,8% abaixo somente da Região Nordeste do país com uma situação mais preocupante, ambas as regiões estão bem acima da média nacional que é de 7,4%. Com relação às 3 outras regiões brasileiras (sudeste – 3,8, sul- 2,9 e centro-oeste – 3,6), encontram-se abaixo da média nacional, conforme podemos observar na figura.

Figura 3 – Distribuição % da População em Situação de Pobreza (UF)



Fonte: IBGE (2019)

Na Figura 3, podemos observar o % de pobreza por unidade de federação e com base nesta figura e na anterior construímos o Quadro 4 para termos uma análise mais direcionada da situação da pobreza e pobreza extrema da Região Norte do Brasil, que é o nosso objeto de estudo.

Assim, consideramos um % de 11% para a condição de pobreza e para a condição de pobreza extrema o % de variação de 26,5% a 47,8%equivalente aos estados que compõem a Região Norte, temos.

Quadro 3 – Quantidade de População na Pobreza e Extrema Pobreza da Região Norte do Brasil (por UF)

UF	População Estimada	Pobreza		Extrema Pobreza	
		%	Quantidade	%	Quantidade

Acre	881.935	11,8	104.068	47,8	421.565
Amapá	845.731	11,8	99.796	45,9	388.191
Amazonas	4.144.597	11,8	489.062	47,8	1.981.117
Pará	8.602.865	11,8	1.015.138	46,0	3.957.318
Rondônia	1.777.225	11,8	209.713	26,5	470.965
Roraima	605.761	11,8	71.480	36,1	218.680
Tocantins	1.572.866	11,8	185.598	32,7	592.970
Total	18.430.980		2.174.856		8.030.806

Fonte: Dados do IBGE, SIS (2019) e IBGE (2019)

No Quadro 3, podemos observar a quantidade de população da Região Norte do Brasil considerada pobre ou na extrema pobreza. O Estado do Pará, mais populoso tem uma população pobre de aproximadamente 1.015.138 pessoas e com 46,8% na extrema pobreza, equivale a 3.957.318 pessoas. O Estado do Amazonas aparece um segundo lugar. Já o Estado de Roraima tem um total de 71.480 pessoas na faixa da pobreza e o Estado do Rondônia, com 470.965 em situação de extrema pobreza.

Assim, se levarmos em consideração que o equivalente a 11,8% da população da Região Norte do Brasil encontra-se em situação de extrema pobreza, temos um total de 2.174.856 de pessoas.

Coefficiente de Gini: Indicador de Desigualdade

Criado pelo matemático italiano Conrado Gini, o Índice de Gini é uma ferramenta para efetuar a medição do grau de concentração de renda em determinado grupo. Indica a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (é possível que alguns autores e/ou instituições apresentem de zero a cem), onde zero corresponde a situação ideal de igualdade onde todos possuem a mesma renda, o valor um (ou cem) representa o oposto, o máximo de desigualdade, onde uma pessoa possui toda a renda (IPEA,2004, p.80).

Em relação a desigualdade, entende-se que em concordância com Barros et al. (2001, p.28): O diagnóstico básico referente à estrutura da pobreza entende que o Brasil, no limiar do século XXI, não é um país pobre, mas um país extremamente injusto e desigual, com muitos pobres. A desigualdade encontra-se na origem da pobreza e combatê-la torna-se um imperativo. Imperativo de um projeto de sociedade que deve enfrentar o desafio de combinar democracia com eficiência econômica e justiça social. Desafio clássico da era moderna, mas que toma contornos de urgência no Brasil contemporâneo.

A seguir, teremos o Índice de Gini da renda domiciliar Per Capita referente aos Estados da Região Norte do Brasil por Unidade da Federação.

Quadro 4 - Índice de Gini da renda domiciliar Per Capita da Região Norte do Brasil

UF	1991	2000	2010
Acre	0,6259	0,6477	0,6394
Amapá	0,5850	0,6318	0,6157
Amazonas	0,6282	0,6823	0,6664
Pará	0,6206	0,6512	0,6260
Rondônia	0,6155	0,6110	0,5686
Roraima	0,6216	0,6202	0,6398
Tocantins	0,6331	0,6550	0,6099

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010

Como podemos observar no Quadro 4, o Índice de Gini dos estados que compõem a Região Norte do Brasil variam entre 0,5 e 0,6 em todos os estados e ao longo dos anos analisados (1991, 2000 e 2010), isso demonstra um elevado grau de concentração de renda pois quando mais próximo de 1, maior a desigualdade. Ademais, como veremos a seguir, existe uma lacuna muito grande entre o menor e o maior rendimento (40% mais pobres e 10% mais ricos) per capita o que acentua a desigualdade.

Os Estados que compõem as Regiões Norte e Nordeste do Brasil apresentam o Índice de Gini mais elevado, ou seja, são maiores concentradores de renda e mais desiguais em comparação aos estados que compõem a Região Sul, por exemplo. Como podemos observar uma Figura 4 onde temos todas as regiões do país.

Figura 4 – Índice de Gini das Regiões Brasileiras



Fonte: IBGE (2018)

Para Rocha (2006), o início dos anos 70 marca o triunfo de que as questões básicas relativas às desigualdades sociais e à pobreza não estavam sendo equacionadas como resultado do crescimento econômico. Porém, mesmo nos casos plausíveis de crescimento econômico, ficou claro que taxas reguladas de expansão do produto não necessariamente se difundiam através da sociedade. Desse modo, é importante salientar o nível de complexidade da pobreza, que pode ser definida de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada.

Ainda segundo o IBGE, a pobreza não afeta exclusivamente todos de maneira semelhante, podendo haver alguns perfis populacionais que tendem a possuir rendimentos diários baixos. Grupos e conjuntos populacionais relacionados à faixa etária, gênero e cor estão propensos a serem mais vulneráveis e estão entre aqueles cujos rendimentos são ínfimos.

No Quadro 6, a seguir, podemos observar o Rendimento Médio Per Capita dos estados que compõem a Região Norte do Brasil em comparação ao Rendimento Médio Nacional. De uma forma geral, todos os estados da Região Norte, apresentam rendimento médio abaixo do apresentado para o país, tanto dos 40% mais pobres como para os 10% mais ricos. Sendo no Estado do Acre o menor rendimento dos 40% mais pobres (R\$ 200,00) e o no Estado do Pará o menor rendimento para os 10% mais ricos (R\$ 3,681,00).

Quadro 5 – Rendimento Médio Per Capita da Região Norte do Brasil

	40% mais pobres	10% mais ricos	Diferença
Brasil	376,00	6.629,00	6.253,00
Região Norte	245,00	4.514,00	4.269,00
Acre	200,00	4.422,00	4.222,00
Amapá	291,00	5.292,00	5.001,00
Amazonas	214,00	6.446,00	6.252,00
Pará	225,00	3.681,00	3.456,00
Rondônia	368,00	3.724,00	3.356,00
Roraima	291,00	5.177,00	4.886,00
Tocantins	323,00	4.386,00	4.063,00

Fonte: IBGE (2018)

Aspectos Metodológicos

Neste item, relata-se o percurso metodológico usado para atingir o objetivo proposto que é de analisar as vulnerabilidades socioeconômicas da Região Norte do Brasil agravadas pela Covid-19. Para atingir tal propósito, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental como meio de investigação, a partir de fontes secundárias, de publicações impressas ou disponíveis na Internet.

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, que, a partir dessa base teórica, optou-se por apoiar-se também na pesquisa do tipo descritiva, que tem como função principal a análise do objeto, buscando descrever o estado da arte nos temas escolhidos.

Análise de Dados e Resultados

Com o propósito de analisar as vulnerabilidades socioeconômicas da Região Norte do Brasil agravadas pela Covid-19 resgatamos a vida e a obra de Josué de Castro, Geografia da Fome, considerada o marco na discussão acerca da fome do Brasil e no mundo, vimos também os aspectos gerais da Região Norte do Brasil, a definição de vulnerabilidade, seguida da apresentação do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e do Atlas da Vulnerabilidade Social (AVS), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e IDH municipal, a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), os números da pobreza e extrema pobreza na Região Norte do Brasil. Além disso, realizamos uma discussão acerca da Desigualdade, Concentração de Renda e Situação de Pobreza. E no último item do capítulo, apresentamos o Coeficiente de Gini, que constitui o indicador de Desigualdade.

Ressaltamos que a definição de vulnerabilidade não remete apenas às condições econômicas de um indivíduo ou grupo da sociedade, vulnerabilidade é bem mais abrangente pois remete uma situação de fragilidade, seja por motivos, sociais, econômicos, ambientais ou outros e muitas vezes encontram-se expostos ou fragilizados.

A Região Norte do Brasil precisa ser assistida para que a população que nela habita possa usufruir dos mesmos direitos constitucionais que os habitantes das demais regiões brasileiras, em especial das Regiões Sul e Sudeste do país que historicamente apresentam os melhores indicadores e são consideradas as regiões menos vulneráveis do Brasil apesar de também apresentarem problemas.

Medidas elaboradas pelo governo, através de políticas públicas são constantemente analisadas, pelo fato de no começo da medida se mostrar eficiente e ao longo dos anos apontar um novo agravante na crise.

A região norte do Brasil é marcada pelas suas peculiaridades, entre as quais se incluem a acentuada desigualdade socioeconômica e também o isolamento geográfico em relação às regiões mais desenvolvidas do país. Seus indicadores sociais estão entre os piores do Brasil, em contraste com o seu expressivo crescimento econômico e populacional, muito acima da média nacional. Ademais, o meio de transporte comumente utilizado é o fluvial, e o tempo de viagem de um município a outro pode superar 15 dias, deixando muitas cidades isoladas geograficamente, e nas quais se observam altos índices de pobreza. Compreender a dinâmica populacional dessa região, no âmbito das aglomerações populacionais, é o propósito deste trabalho. Para tanto, aplicam-se os preceitos da Nova Geografia Econômica (NGE) e utiliza-se, como uma das variáveis explanatórias, a acessibilidade, a qual capta os efeitos de potencial de mercado e a infraestrutura de transporte

Ademais, constata-se, portanto, que o crescimento econômico e populacional da Região Norte não tem ocorrido de forma equilibrada e sustentável. Isso pode ser atribuído, em parte, à falta de acesso de boa parte de sua população a serviços de saneamento básico e educação, por exemplo. Apesar disso, há também outras variáveis que influenciam esses resultados.

Segundo o IBGE (2020), as desigualdades entre os rendimentos do trabalho são também bastante definidas espacialmente, refletindo a distribuição regional das atividades econômicas pelo Território Nacional. Em 2019, os rendimentos médios do trabalho principal das pessoas ocupadas nas Regiões Norte e Nordeste eram equivalentes a, respectivamente, 73,5% e 68,5% da média nacional. Para a taxa de frequência escolar bruta, segundo os grupos de idade e as Grandes Regiões – 2019 a Região Norte apareceu com o pior indicador nos dois casos, com atendimento de apenas 17,6% das crianças com até 3 anos e 86,6% das crianças de 4 a 5 anos na escola.

De acordo com a ONU (2020), a pandemia de coronavírus reforça as desigualdades da população mais vulnerável do Brasil e exige ações imediatas para reforçar a proteção social a esses grupos que serão mais impactados.

Sendo o Brasil um dos países mais desiguais do mundo e neste contexto de pandemia, as diferenças de acesso dos brasileiros à proteção social, serviços públicos de saúde e trabalho que possibilite a geração de renda ficam ainda mais evidentes.

Isso porque a falta de serviços públicos básicos na vida dos mais pobres é um problema de longa data no Brasil. Mas nunca foi devidamente levada em consideração pelo Estado.

Com destaques para a falta de habitações com abastecimento de água, falta de sabão para a lavagem correta das mãos, ausência de coleta de lixo, tratamento de esgoto, cômodos minúsculos e sem a possibilidade de distanciamento social, mal ventilados. Em relação à saúde: falta de testes, subnotificação de infectados e falecimentos em decorrência do coronavírus que não entram na estatística.

Com relação ao acesso à saúde: o SUS atende a 80% da população brasileira, aproximadamente 150 milhões de pessoas em condições precárias, longas filas, hospitais lotados e estrutura limitada.

Outro ponto que deve ser levado em consideração são as condições de trabalho. Parte expressiva da população mais vulnerável sobrevive de renda proveniente do trabalho informal e com a paralisação total ou parcial das atividades econômicas viram-se sem renda e sem comida.

Por fim, não podemos deixar de frisar a importância do Auxílio Emergencial que possibilitou a redução do impacto socioeconômico de 14 milhões de famílias no Brasil e que reforça a importância e a necessidade de reestruturação, fortalecimento ou ampliação de políticas públicas de redistribuição de renda e combate à vulnerabilidade, pobreza e à fome.

Referências

ALVES, J. **Uma leitura geográfica da fome com Josué de Castro**. Geografia Norte Grande. p.5-20.2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/download/228745/23158>. Acesso em: 12 out 2019.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. 2014. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2014/pt/ranking>. Acesso em: 20 de outubro de. 2016.

BARBOSA, E. **Instrumentos de Coleta de Dados em Pesquisa**. Belo Horizonte, 1999. Disponível em: <<http://www.inf.ufsc.br>> Acesso em: 23 set 2017.

BARROS, R. HENRIQUES, R. MENDONÇA, R. Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Rev. bras. Ci. Soc. vol.15 n.42 São Paulo Feb. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 25 abr 2020.

CAMARGO, J. M.; REIS, M. C.; **Desemprego: O custo da desinformação**. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, jul./set. 2005.

CASTRO, J. **Geografia da Fome**. 2. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1946.

CHAMBERS, R. Vulnerability, coping and policy. IDS Bulletin, v.20, n.2, 1989.

IBGE. **Aspectos Demográficos da Região Norte**. 2015. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/tabela1.shtm>. Acesso em: 24 jan 2019.

IBGE. **Aspectos Demográficos da Região Norte**. 2018. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/tabela1.shtm>. Acesso em: 24 jan 2019.

IBGE. **Indicadores Sociais Municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico**. Disponível em:

https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/default_indicadores_sociais_municipais.shtm. Acesso em: 24 jan 2019.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira, 2020**.

IPEA. **Atlas da Vulnerabilidade Social**. 2015. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso em: 24 jan 2020.

KATZMAN, R. Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay. Santiago de Chile, OIT- Ford. 1999.

MARANDOLA JR, E; HOGAN, D. **Vulnerabilidade do lugar vs. vulnerabilidade sociodemográfica**. X, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 161-181, 2009. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais - Minas Gerais 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 17 out 2019.

MONTEIRO, S.R. da R.P. O marco conceitual da vulnerabilidade social. Sociedade em Debate, Pelotas-RS. v.17, n.2, p. 29-40, jul-dez, 2011.

NASCIMENTO, R. O resgate da obra de Josué de Castro, onde estamos? **Cronos**, Natal - RN, v. 10, n. 1, p.43-50, 2009. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/1766/pdf_17. Acesso em: 12 de outubro de 2019.

NOBRE, Carlos. Mudanças climáticas e o Brasil – Contextualização. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n. 27, 2008. Disponível em: <http://seer.cgee.org.br>. Acesso em: 16 out 2019.

ONU. **Índice de Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <https://news.un.org/pt/tags/indice-de-desenvolvimento-humano>. Acesso em: 24 jan 2019.

ONU. **Mapa da Fome**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/fao-fome-aumenta-no-mundo-e-afeta-821-milhoes-de-pessoas/>. Acesso em: 24 jan 2019.

PETRINI, J. **Notas para uma Antropologia da Família**. X, [s. l.], 2003. Disponível em: http://www.ibdfam.org.br/_img/congressos/anais/120.pdf. Acesso em: 15 de out 2019.

RECIO, M. Desigualdades na Pobreza: Trajetórias e Transições em uma Favela Paulistana. Tese de Doutorado. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br>. Acesso em: 20 mar 2020.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata?** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.244 p. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br>. Acesso em: 5 de novembro de 2019.

ROCHA, S. (2003). **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV, 2003, 244p.

SAMPAIO, A. V. **Estrutura do mercado de trabalho metropolitano na Região Sul do Brasil, em 1995 e em 2005**. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, 2012.

SCHUMANN, L. **A multidimensionalidade da construção teórica da vulnerabilidade: análise histórico-conceitual e uma proposta de índice sintético**. 2014. 165 p. Dissertação – CEAM - UNB, Brasília, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unb.br>. Acesso em: 15 out 2019.

SILVA, J; BARROS, M. Epidemiologia e desigualdade: notas sobre a teoria e a história. **Rev Panam Salud Publica**, Minas Gerais, 2002. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/rpsp/2002.v12n6/375-383/pt>. Acesso em: 6 jan 2020.

SILVA, M; YAZBEK, M; DI GIOVANNI, G. **A Política Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA, P. Uma História de Desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. São Paulo: HUCITEC, 2008.

VASCONCELOS, F. **Josué de Castro e a Geografia da Fome no Brasil**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 24(11):2710-2717, nov, 2008. Scielo. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n11/27.pdf>. Acesso em: 24 jan 2019.

VIGNOLLI, J. Vulnerabilidade sociodemográfica: antigos e novos riscos para a América Latina e o Caribe. In: **Vulnerabilidade Sociodemográfica**. [S. l.: s. n.], 2001.